



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0459/14	DATA: 29/04/2014	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 16h58min	TÉRMINO: 18h33min	PÁGINAS: 33

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO - Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte.

SUMÁRIO

Exposição sobre denúncias sobre pedofilia e exploração sexual de crianças e adolescentes em escolinhas de futebol.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções fora do microfone inaudíveis.  
A reunião foi suspensa e reaberta.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Lilliam Sá) - Declaro aberta a 58ª Reunião desta Comissão.

Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da reunião anterior a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade de sua leitura.

**O SR. DEPUTADO MANDETTA** - Solicito a dispensa da leitura, Sra. Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Lilliam Sá) - Solicitada a dispensa da leitura da ata pelo Deputado Mandetta, em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*  
Aprovada.

Vamos para breves comunicações.

Comunico que o Deputado Nelson Marchezan Junior deixou de integrar esta Comissão. Informo também que a Deputada Gorete Pereira justificou sua ausência à reunião anterior, ocorrida no dia 8 de abril.

Vamos passar para a Ordem do Dia?

No Item 1, nós temos a deliberação do Requerimento nº 173, de 2014, de autoria da Deputada Erika Kokay, que *“requer a realização de seminário sobre o impacto das grandes obras na exploração sexual de crianças e adolescentes.”*

Como esta Comissão ainda não tem quórum suficiente, nós vamos deixá-lo para o final da audiência.

Vamos passar para o segundo item desta pauta, que é a audiência pública com a presença do Sr. Antônio José Carvalho do Nascimento Filho, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte, a quem convido para tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Esta Comissão se sente muito honrada em receber os Deputados Estaduais do Estado do Amazonas: Luiz Castro, Abdala Fraxe e Ricardo Nicolau, que fizeram com que o sonho dos amazonenses fosse realizado com a CPI da Pedofilia, implementada na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Muito obrigada pela presença a todos.



Eu quero passar a palavra ao Sr. Antônio José Carvalho do Nascimento Filho, por até 20 minutos. Antes, quero fazer algumas considerações em relação à sua vinda a esta CPI.

Nós da CPI recebemos várias denúncias sobre pedofilia e exploração sexual de crianças e adolescentes em escolinhas de futebol. Saiu uma série de reportagens, principalmente nos jornais. Até o primeiro a denunciar foi o jornal *A Crítica*, do Amazonas, mas em todos os Estados tem acontecido isso. Um estudo ligado à UNICEF — Fundo das Nações Unidas para a Infância aponta risco na formação de atletas de futebol. Também há uma discriminação racial e de gênero, risco em relação à integridade física, por conta da prática esportiva, e impactos para crianças e adolescentes.

Eu gostaria que o senhor pudesse falar qual seria a sua contribuição nesse sentido, para que nós pudéssemos até fazer política pública em relação ao combate à pedofilia e à exploração sexual de meninas e meninos nas escolinhas de futebol.

O senhor está com a palavra.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Primeiro, eu gostaria, Deputada, de agradecer o convite para vir aqui.

Eu sei que, em 2012, esse assunto foi discutido pela primeira vez. Eu o acho importante nesse momento, primeiro, porque esse assunto é uma realidade do futebol brasileiro. Evidentemente, o futebol não fica à parte da sociedade. Isso acontece em várias outras áreas, mas o futebol ganha visibilidade. Eu acompanhei a história do Amazonas. Em Minas, aconteceu um caso há pouco. E há outros casos que estão acontecendo. O que muda um pouco — e isso é uma sugestão a essa Comissão Parlamentar de Inquérito — é que o futebol brasileiro vive um momento um pouco diferente do que vivia há algum tempo, por exemplo, de um ano e meio, quando assumi.

Fui editor de esporte do jornal *O Globo* durante 16 anos, joguei no Flamengo por 6 meses, então, conheço um pouco esse assunto. Neste momento, há uma transformação, uma modificação, que eu espero que seja bem maior do que a que aconteceu até este momento. Eu acho que os interlocutores para esse processo são muito melhores, ou pelo menos existem. Quando eu assumi, no ano passado, eu



tive que ir de clube a clube, porque não havia um órgão que unificasse o discurso dos clubes.

Acredito que hoje com o Movimento Bom Senso — acho que ele é fundamental nesse processo — e com a Comissão criada pela CBF de Clubes, da qual é Presidente o Sr. Wilson Ribeiro, Presidente do Coritiba, a gente pode sentar e tentar definir uma política social, da sociedade. Não digo muito pública, vou discordar um pouquinho da senhora. Eu sei que a senhora queria falar isso. É da sociedade. Acho que temos leis. A regulamentação da Lei Pelé, que foi aprovada no ano passado, já pressupõe para o clube formador uma série de requisitos, como escola e outras coisas.

Penso que o caso de pedofilia num clube de futebol é como em qualquer outro lugar, é um crime. Neste momento, a gente poderia trazer o Bom Senso e os clubes para essa discussão. Se não me engano, temos, hoje, no Brasil, algo em torno de 600 clubes.

Há 15 dias, o Sérgio Veloso, que trabalha comigo, esteve aqui, e o Presidente de Agentes disse que só 22 clubes se transformaram através dessa regulamentação em clubes formadores. É um número inexpressivo. Discuti também a presença dos empresários nesses clubes. Quer dizer, eu, com a minha pequena experiência, mais como jornalista, menos como atleta, sei bem o que acontece, já que para um grande segmento da sociedade a única forma de ascensão social é o futebol. Eu me lembro de que lá no Flamengo acontecia isso. Havia pessoas que dariam tudo por essa ascensão que o futebol permite, é um grupo de jovens extremamente sujeitos a qualquer tipo de conversa. Essa seria a única forma de ascensão. Eu sugeriria que a gente pudesse conversar sobre trazer o Bom Senso, os clubes e até a CBF, se possível, para essa discussão.

Sugiro também que haja uma campanha. Eu não acredito em nova legislação ou algo nesse sentido. Já temos legislação, o que precisamos é de vontade. Acho que o principal aspecto dessa questão é a denúncia. Quer dizer, os pais e os próprios jogadores, meninos, têm um problema muito sério com essa denúncia. A denúncia pressupõe o fim do sonho. Então, eu penso que nós deveríamos conversar muito sobre como tornar mais fácil essa denúncia. Talvez, através do Bom Senso ou de um grupo de jogadores que está se unindo.



Deputado, eu almocei com o Presidente do Bahia, Fernando Schmidt, hoje, e ele lembrou que houve um caso muito conhecido no Vitória, da Bahia. O jogador que denunciou, na época, não era o jogador que é hoje, é o Dida, goleiro do Internacional, Seleção Brasileira, Copa de 1998. E, na época, foi ele que denunciou a tentativa de aliciamento. Então, talvez, a gente pudesse usar os atletas que hoje são famosos, que já passaram por processo, não necessariamente esse processo, para ajudar a denunciar esse tipo de situação, sem que esses meninos achem que vão perder o sonho deles. Eu acho que esse é o grande problema.

Outro problema que é mais complexo é a questão das escolinhas. Até corro o risco de afirmar que o caso mais grave, se não me engano, foi um caso do Amazonas, ligado a escolinhas feitas por pessoas sem qualificação, que, com promessa de jogar no Fast, no São Raimundo, no Nacional ou, como aconteceu em Minas, no Cruzeiro ou no Atlético, usam esses meninos em alojamentos. A discussão também — essa é uma discussão que eu espero ter no segundo semestre — é em relação ao papel dos empresários e dos agentes no futebol brasileiro.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Isso não tem uma fiscalização? Essas escolinhas?

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Elas deveriam ser fiscalizadas — e são fiscalizadas aqui em Brasília; eu sei porque eu tenho conversado, principalmente em relação ao futebol feminino — pelas próprias Secretarias, pelos próprios Governos Municipais e Estaduais. Deveria ser feito por isso. Mas nós deveríamos ter uma campanha cobrando das Secretarias de Juventude e Infância. Em Brasília eu tenho conversado. A gente anda muito preocupado. O Ministério anda fazendo o desenvolvimento — o que eu acho ótimo — do futebol feminino. E o futebol feminino, mesmo que não tenha visibilidade, também tem essas escolinhas. Uma menina — em teoria, pelo amor de Deus — está muito mais sujeita a esse tipo de aliciamento do que um menino teoricamente. Então, há uma preocupação. A gente já conversou com a Secretaria daqui do GDF. Acho que a gente precisaria — é uma sugestão que eu estou dando — cobrar fiscalizações das Secretarias Municipais e Estaduais ligadas à infância e dos órgãos.



Houve um caso no Rio de Janeiro no ano passado diferente da questão das condições em que ficavam esses meninos no Vasco. Foi preciso a imprensa denunciar para que fosse feita alguma coisa, através dos órgãos públicos. A questão era de alojamento, de uma série de coisas. Não era bem a questão de aliciamento e de exploração sexual.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Mas tem.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Claro.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Tem. Eu tenho uma denúncia de uma psicóloga no Vasco e no Flamengo. No próprio Flamengo eu fiz uma investigação.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Quer dizer, existe nos grandes clubes. É mais fácil, talvez, esses clubes assumirem um compromisso, através desta Comissão, de ter uma fiscalização maior. Mas a gente tem que pensar também nos 80% que não estão nos grandes clubes. São as escolinhas da esquina, escolinhas do lado, que vendem o sonho para esses garotos de se transformarem em grandes jogadores. E é uma massa de aliciamento monstruosa. São meninos humildes que sempre estão longe dos pais.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - São esses olheiros, não é?

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - São os olheiros evidentemente. Isso é fato. Eu sei de vários casos. A imprensa se cansa de dar notícia sobre esse assunto. A *Placar* fez uma série de reportagens. O *Correio Braziliense* também.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Eu mesma fiz voltar uns meninos que nós encontramos em Bangu em péssimas condições. A casa em que eles estavam... Eram mais de 20 meninos que vieram do Nordeste na época — eu não era Deputada Federal; eu era Vereadora. O que nós conseguimos foi que o Bangu Atlético Clube alojasse esses meninos. E conseguimos com a Prefeitura e com o Governo do Estado que cada um desses meninos voltasse para seu respectivo Estado. E aqueles meninos choravam: “*Meu sonho acabou*”, “*Eu não vou mais ser jogador de futebol*”. Eles colocam na cabeça desses meninos e dessas meninas também que serão ídolos.



Eu estava conversando com uma menina que é jogadora de futebol. Ela saiu da Região dos Lagos, no Rio de Janeiro, bobinha, sem saber de nada. A mãe deixou ela vir para o Rio, para morar na casa de uma família que ela não conhecia. E ela acabou indo jogar num time — cujo nome eu não vou falar, senão ela vai ser identificada, claro —, num grande time de futebol que tinha futebol feminino, que foi conhecido por todos. E depois foi deixada de lado no meio do caminho. Então, nesse caso que você falou, falou muito bem das meninas. Elas ficam mais vulneráveis ainda do que os meninos.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Elas são mais vulneráveis. A partir do momento em que os clubes — e não os grandes clubes; estamos falando dos clubes de futebol femininos pequenos — têm uma estrutura muito pior do que os de futebol masculino. Nos masculinos você pega séries A, B, C e D. No futebol feminino são 20 clubes na série A, que a gente conseguiu fazer, depois de 11 anos, no ano passado. O resto são campeonatos estaduais ou Copa do Brasil. Então, elas estão muito mais sujeitas a esse tipo de situação. Esta foi a conversa com a Secretaria do GDF: a preocupação do que tinha acontecido aqui em Brasília em relação a um time chamado ASCOOP — uma série de desrespeitos profissionais mais do que sexuais, mas como se tratava... Eu acho que o principal, Deputada, é a lei do silêncio, é essa não possibilidade de denúncia. Se nós conseguíssemos, talvez, através do bom senso ou de algo que pudessem tornar mais fáceis as denúncias... Porque é aquilo que eu falei: é sempre difícil um menino... E nas reportagens todas, até no caso do Amazonas, em todas as reportagens que a gente lê, são sempre posteriores, não anteriores. A senhora reparou isso? É depois do acontecido, nunca antes.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Nunca antes. Não tem uma política de prevenção.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Ou seja, na verdade, fica parecendo o seguinte: quando esse menino, sujeito a isso, não tem o sonho realizado, denuncia. Ou seja, se ele tiver o sonho, se ele for para o Nacional, de Manaus, ele, talvez, não denuncie. Se não for, ele denuncia. Então, a gente tinha que quebrar isso no início, alguma forma de poder denunciar. Isso acontece no esporte no Brasil, como um todo. É o caso da Joanna Maranhão, que já é



conhecido. Mas no futebol, pela dimensão do futebol, é muito mais grave. Talvez, Deputada — também outra sugestão — em algum jogo do campeonato brasileiro, pudessem os clubes entrar com alguma faixa em relação a isso.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Nós conversamos com a CBF para assinar um pacto, e a CBF ficou de assinar esse pacto conosco, mas o Presidente está viajando e só volta no dia 5 de maio.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Isso.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Depois do dia 5 de maio, nós vamos poder falar com ele para reunir os Deputados da CPI junto com o Presidente da CBF. Mas esse caso que o senhor falou é verdade: o menino começou aos 12 anos. Ele foi levado por um vizinho da família para jogar em uma escolinha de futebol próxima da casa. E, aí, esse homem alimentava os sonhos dele, dava presentes, ajudava a família. E chega aqui ele diz assim: "*já fiz sexo oral com ele...*"

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Exatamente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - "*...com os três juntos*". Não é um só. Os abusos foram piorando. O treinador chamou mais dois amigos. Quer dizer, não foi só um amigo. A criança, além de ser violada pelo treinador, ainda tem que se submeter a outros, com a promessa de que vai ser um grande jogador de futebol e vai tirar a família dessa pobreza, vai alimentar o sonho que o Neymar vende, que o Ronaldinho vendeu.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - E pelas matérias, a senhora vai reparar, claramente, que esses aliciadores...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Foi após.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - ...usam também a família nesse processo, claro!

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Usam a família, claro. Dão presentes para família, e o pai e a mãe: "*Ah, tá, quem meu filho trata com carinho, minha boca adoça*". É aquele ditado popular. E vão deixando. Até sabem, muitos sabem o que está acontecendo, mas fecham os olhos porque estão recebendo ajuda.





Então, eu gostaria de fazer outras perguntas: existe um cadastro com todas as escolinhas de futebol ou outras modalidades esportivas? Vocês têm dessas pessoas, dessas escolinhas da periferia um cadastro? Vocês se preocuparam em cadastrar essas escolinhas, em saber quem é?

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Não, não tem, e eu acho impossível ter. Essas escolinhas, existem as formais, ligadas a clubes. A gente cansa de ver aí Escolinha do Flamengo em Brasília.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - É, isso tem.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Isso é possível. Agora, as escolinhas informais, não.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - E dos clubes, vocês têm o cadastro?

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - A CBF, eu imagino que tenha; nós, não.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Pede pra mim à CBF o cadastro dessas escolinhas.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Não sei se a CBF tem um cadastro.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Vou perguntar para ver se tem.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Imagino que não. Mas eu acho que o mais fácil ainda é que os clubes tenham um cadastro das suas próprias escolinhas.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Também.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Vou citar aqui um exemplo de uma boa coisa. Como é na Alemanha? Na Alemanha, os clubes da série A e, a partir deste ano, da série B, devem ter as suas escolinhas de formação — e aí a liga de futebol alemã, coisa que a gente não tem — dentro de parâmetros bem claros. É mais ou menos o que a Lei Pelé tenta fazer: escola, psicólogo, fisioterapeuta, uma série de pessoas. E eles têm que ter suas escolinhas dentro desse padrão. Então, isso faria com que você tivesse — vamos lá, são, eu acho que 38 clubes na Alemanha; aqui, no Brasil, seriam 40, com padrões de



escolinha de formação não só de jogadores, mas de cidadãos, de pessoas, com psicólogos, com formação.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Professor de Educação Física.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Exatamente. É, o próprio...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Ex-jogadores de nome.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Exatamente. Mas cuidado com ex-jogador, nem sempre ele tem a formação necessária para lidar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Técnica, não é?

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - O Brasil tem uma mania — eu vou falar uma coisa que não devia — que é o seguinte: o ex é maravilhoso, o ex sabe tudo. Não necessariamente. Se o ex não estiver preparado para tratar com crianças de 16 anos, o ex é um desastre. A questão não é ser ex, a questão é estar preparado para lidar com essas crianças num processo de formação. Essa é a delicadeza da situação.

Então, talvez, em algum momento, a gente possa conversar com a CBF — quem dera, no futuro, ter uma liga de futebol — que se possa fazer esse processo também, e você já rompe com uma série de coisas.

Aí, o que vai acontecer? O atleta chega lá do interior e vai para uma escolinha de um clube. O clube tem que ser responsável por essa escolinha. A Escolinha do Flamengo, no Distrito Federal, a Escolinha do Flamengo em não sei onde, ou do Vasco, ou do Botafogo, ou do Corinthians, seja lá de quem for, passa a ter essa responsabilidade em cima desses meninos que estão indo lá, entendeu?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Entendo.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Eu acho importante a campanha. Eu vejo muito, eu vou aí... É menos institucional, dos clubes, a nossa preocupação dever ser com o que não é oficial. No oficial, é claro que existe, mas é menor. O que existe é lá no início, lá no agente. Não é agente, são essas pessoas, como o caso que a senhora estava lendo, que usam dessa ilusão para usar esses meninos.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Mas o próprio Ministério do Esporte não pode fazer uma campanha alertando os pais sobre eles serem enganados por esses olheiros, alertando, criando uma ouvidoria, um disque-denúncia para esses casos?

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Poderia.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Eles não poderiam já começar dando um pontapé nisso?

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - No esporte como um todo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - É, no esporte como um todo. Uma ouvidoria, um 0800, um 0300, não sei, um disque cento e alguma coisa, mas que as pessoas pudessem ter esse número, como é o Disque 100, que é em todo o Brasil, com denúncias de pedofilia, de exploração, de abuso, de maus-tratos; que pudesse essa mãe ou esse menino mesmo, ou essa menina ligar e denunciar: *“Olha, aqui, em tal lugar, tem um cara que está fazendo isso, isso e isso”*. Porque eles sentem medo.

Você falou que deveria romper o silêncio o atleta. Até mesmo, fazer-se uma campanha com esses atletas que passaram por isso. Mas muitos não vão assumir, por vergonha, que foram abusados sexualmente quando estavam em alguma escolinha para chegar aonde chegaram — não vão assumir. Então, teria que ser com pessoas que fossem sensíveis à causa e que vestissem a camisa de combate à pedofilia no futebol.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Mas a senhora não acha que com o Disque 100 a gente poderia fazer uma campanha dizendo que a pedofilia no futebol é uma pedofilia como qualquer outra? Ou seja, não deslocar o futebol, como se fosse uma coisa à parte. Ou seja, a pedofilia é pedofilia em qualquer situação: no futebol, no vôlei, no basquete, no trabalho.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - No esporte, não colocaria futebol, mas faria um Disque 100 do Esporte.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Mas já não existe um mecanismo de...



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Existe o Disque 100, mas as pessoas ali, no Disque 100, não vão ligar especificamente para isso. Elas vão se sentir melindradas, tipo assim: *“Será que ele vai receber a minha denúncia mesmo? Eu posso ser punido?”* Mas, se tiver um número certo, um número certo...

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Não, eu posso levar...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - ... especificamente para o futebol, para o esporte, para a natação, seja para o que for, a pessoa vai se sentir mais à vontade para denunciar do que ligando para o Disque 100 ou para o Disque 180, que é também ligado à mulher, à violência contra a mulher.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Eu sei, eu vou levar essa proposta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Então, eu acho que o próprio Ministério do Esporte deveria lançar uma campanha. Isso deveria partir de cima, aproveitando este momento em que nós estamos com a Copa do Mundo, em que está todo mundo falando sobre exploração sexual, turismo sexual envolvendo crianças e adolescentes e falar: *“Abrace esta causa e vamos juntos; denuncie também”*. Fazer uma campanha bonita em relação a isso junto com a Secretaria de Direitos Humanos.

Fica a sugestão que eu acho que seria viável. O custo não é alto e ajudaria a salvar muitas crianças, porque elas se sentiriam mais seguras para falar. Eu sou leiga no assunto (*risos*), o senhor entende mais do que eu sobre esportes, vai me dar uma aula aqui.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Não.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Quero dizer o seguinte, que uma pessoa que faz esporte...

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Futebol tem entendido para demais.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - ...tem um outro tipo de cabeça do que um garoto que, vamos dizer, faz artes, faz música. A cabeça é diferente. E ela se sentiria mais à vontade se alguém falasse a mesma língua que ela.



**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - É a questão da denúncia. Essa é a questão.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - É a questão da denúncia. Ela gostaria de ligar especificamente: *“É o meu caso? É esporte? Eu quero ligar e falar com uma pessoa ligada ao esporte. Eu quero falar com alguém que vai denunciar.”* Eu acho que é por aí.

Eu sei, porque eu lido com meninas que jogam futebol. Eu já fui até da delegação do futebol, agora, nos jogos olímpicos de Londres. Eu fui uma das delegadas. E eu ouvi muito as atletas, o sentimento das atletas em relação à falta de amparo nesse sentido, de elas não terem o amparo, até mesmo do próprio clube. São tratadas de uma outra maneira. Até a CBF mudou o tratamento em relação a essas atletas, às jogadoras da Seleção Brasileira. Mudou, vamos dizer assim, e tratou as meninas com tapete vermelho, o que é o certo. Vamos amparar as nossas atletas.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Tomara que continue a tratar. Eu tenho medo de que a CBF as trate assim de 4 em 4 anos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Tem que continuar. Não pode ser assim só na véspera de campeonato. Foi o que nós pedimos. Nós pedimos isso.

Aí tem até projeto de lei tramitando aqui na Casa — eu apresentei um também —, para que a gente possa dar incentivo a essas atletas, atletas femininas, porque os patrocinadores vão direto para os homens, querem patrocinar os homens, mas as mulheres, não.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Mas V.Exa. quer uma boa notícia, Deputada? Hoje de manhã estive em reunião com a Caixa Econômica Federal, às 11 horas, que renovou o contrato de patrocínio, de 10 milhões de reais, do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Ai, que bom! É bom saber disso. É uma boa notícia para as mulheres.

Então, eu fico assim porque eu acho que o pontapé inicial tem que vir de vocês nesse sentido, senão não vai acontecer nada. Nós vamos fazer a nossa parte, vamos apresentar projetos de lei, vamos tentar regulamentar algumas coisas, mexer



na Lei Pelé, ver o que nós podemos fazer. Mas a campanha tem que vir do Governo Federal.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Eu posso, Deputada, aproveitar a liberdade que V.Exa. me dá para uma discordância pequena?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Pois não.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Eu sempre acho que o futebol brasileiro, a sociedade como um todo está num momento um pouco diferente — no futebol principalmente. Será que não é hora — porque, para fazer uma campanha do Ministério do Esporte, ótimo, a gente vai gastar 5 milhões, metade do patrocínio do futebol feminino — será que não é uma coisa...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Se precisar de dinheiro, eu ponho minha verba lá, eu ajudo vocês para fazer a campanha.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Não, mas será que não era hora de a gente fazer um movimento, aproveitando esse momento um pouquinho maior, trazer o Bom Senso, trazer os clubes, principalmente o Bom Senso? Eu tenho uma teoria que na vida você tem ônus e bônus, não é?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Claro.

**SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Você tem o bônus de ser o Bom Senso, dizer que você está defendendo os jogadores, não é isso? Vamos trazer um pouquinho de ônus e dizer: *“Olha só, o futebol, a questão do Bom Senso, não deve ser só os atletas de cima. Tem que ser o atleta de baixo, tem que ser o futebol como um todo”*. Então, recurso a gente tem. Então, não é bem no sentido de recursos, é mais uma iniciativa Governo Federal, do Bom Senso, da Câmara, e uma coisa talvez um pouco mais robusta, de cobrar responsabilidades de outras áreas. Eu não sei se estão fazendo aquilo que deveriam fazer. Eu digo os clubes, escolinhas de clubes de todos os lugares.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Acho que podemos fazer uma reunião com o Ministro do Esporte.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - E com o Bom Senso e com outras áreas, para a gente sentar e conversar, porque, no caso do Amazonas, a federação é fundamental nesse processo. Por mais que ela possa



não existir, ela é fundamental nesse processo. Para a gente, não é dividir responsabilidade — eu não quero ser mal entendido —, mas compartilhar as responsabilidades. Não é tirar do Ministério. É dizer: *“Nós sozinhos podemos fazer. O resultado? Píffio. Nós todos juntos podemos fazer diferente”*.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Podemos fazer muito mais.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Muito mais. E não ser mais uma campanha do Governo Federal dizendo isso. Não, é uma campanha do Governo Federal, com o apoio do Bom Senso, da CBF, dos clubes, das federações, das Secretarias Municipais e Estaduais, que, para mim, são as grandes omissas nesse processo, porque o Ministério do Esporte não consegue saber quantas escolinhas existem em Ananindeua, no interior do Ceará. Agora, a Secretaria Estadual consegue; a Secretaria Municipal consegue. E ela é capaz de ir à escolinha e ver o que está acontecendo nessa escolinha.

Então, eu acho que o nosso processo é cobrar esse tipo de coisa, porque não é possível que aconteçam casos como acontecem e os poderes locais e municipais não terem a menor ideia do que está acontecendo. Tem uma Secretaria — não sei se Manaus tem ou o Amazonas — da Juventude e da Infância que tem de ir lá ver o que está acontecendo. É fundamental! Do trabalho, do trabalho escravo... Uma série de coisas.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Nós conseguimos avançar muito. Quando há união, dá para fazer uma campanha robusta.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Claro, claro!

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - E, assim, nós conseguimos fazer a campanha do Proteja...

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - O meu medo é isso, é que se perca em um processo...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Da Secretaria de Direitos Humanos,...

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Isso.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - ...cobrando do Estado e do Município que se façam campanhas de prevenção, nos Estados que vão sediar a Copa, para que se faça a campanha contra a exploração sexual e o turismo de



crianças e adolescentes. E o que nós queremos é o compromisso, saber que nós temos parceiros e que podemos contar com a ajuda de vocês nesse caso.

E eu queria saber mais uma coisa. Vocês não fizeram nada em relação a essas denúncias? Qual foi a atitude que vocês tomaram em relação a essas denúncias? Quando vocês souberam, qual foi o procedimento?

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Eu não soube. O caso do Amazonas, se eu não me engano, saiu no jornal, no *A Crítica*, não é isso? Não passou pela gente. Isso é o que eu vou ver, como ter acesso. Porque o que está acontecendo, fora a matéria da *Placar* e a matéria do *Correio Braziliense* ou outros...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - G1...

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Do G1... São notícias locais.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - É.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - E nós não temos como ter acesso a essas notícias. E mais: o que nós poderíamos fazer...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Saiu na seção Esportes do *Estadão*.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Qual é essa?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Essa é do UNICEF falando sobre as escolinhas.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - É cobrar das autoridades locais.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - A EBC também.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - É cobrar das autoridades locais atitudes em relação ao que está acontecendo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Vocês cobraram? Vocês têm como passar para a gente, para a CPI?

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Não, nós não cobramos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Não?





**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Não.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - O senhor falou... Repete o que o senhor falou, por favor.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Eu falei que, na maior parte dos casos, as notícias saem...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - São cobradas localmente.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Não, não, não. Espera aí, espera aí!

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Mas vocês não...

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Saem no noticiário local, como saíram no *A Crítica* ou em jornais, fora casos específicos. E nós não temos como saber. Nos casos nacionais, o que eu prometo é passar a cobrar. Mas...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - De que maneira o senhor vai cobrar? De que maneira? É...

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - É isso o que eu falei. Quer dizer, com a dificuldade de o Ministério do Esporte não ter um mecanismo. O que tem é pedir às Secretarias respectivas que cobrem. É um caso policial, gente. É um caso criminal. Não é um caso esportivo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Não, mas também é um caso esportivo.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Não, não! Podemos ajudar, mas quem... Não!

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Pelo amor de Deus! O senhor falar que é só criminal? Tudo é criminal, desde que haja um crime. A polícia vai investigar, mas, até chegar lá, deve-se ter uma política — como o senhor mesmo falou — social em relação a isso tudo.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Não, não há dúvida!

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Deve-se ter uma campanha. Deve-se ter a prevenção. Aí não se pode isentar também.



**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Não, eu não me isento. Só um comentário: um caso de abuso sexual em uma escolinha de balé é um caso cultural? Um caso de abuso sexual em uma escola é do Ministério da Educação? É um caso criminal antes de tudo! O que resta ao Ministério...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Foi o que eu disse: que, se há crime, deve ser investigado.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Isso, mas...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Mas o senhor não pode se redimir de que está acontecendo, é ligado ao futebol e que vocês têm que tomar uma atitude.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Claro! Nós vamos levar... É o que eu acabei de falar antes. Nós vamos levar às Secretarias, entrar em contato com essas Secretarias, pedindo que tomem atitudes em relação ao que está acontecendo e que nós propomos um movimento maior que traga o bom senso. E o Ministério do Esporte se compromete a isso, para que se faça um movimento maior em cima desse assunto.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Aqui, no caso, vocês podem chamar parceiros até como a UNICEF mesmo, que fez um estudo para assuntos da Copa do Mundo. Eu li.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Na Bahia, não é?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - É muito bom! E vocês podem até aproveitar sugestões contidas ali. E com o apoio da Associação dos Magistrados Brasileiros, dos Promotores de Justiça e dos Defensores Públicos da Infância e da Juventude também. Vocês podem pedir, fazer um estudo profundo e dali sair alguma ideia para que vocês possam tentar coibir esse tipo de exposição em que são colocadas nossas crianças e adolescentes, no sentido de que tem que haver uma legislação. A gente não pode fechar os olhos para deixar esses olheiros em qualquer esquina que tenha uma escolinha de futebol. O cara pedófilo quer ficar onde? Perto de onde tem criança. Ele vai para escola...

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - A senhora não acha que a legislação...



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - E nós precisamos ter o Governo Federal, o Governo do Estado, tanto o Legislativo, como o Executivo e o Judiciário, de mãos dadas, no sentido de coibir esse tipo de aliciadores — porque são aliciadores. Ele tem que combater, assim como a gente combate os exploradores sexuais, o cafetão, a cafetina, a gente combate o rufianismo, a gente tem que combater esse tipo de assédio, porque isso aí passa também. É um tipo de assédio que destrói vidas, começa dentro de casa, sai da casa e já vai para a escolinha. E dali destrói a vida e o sonho de uma criança. Então, o que a gente quer de vocês é o compromisso e a boa vontade de querer fazer.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Pode ter certeza disso.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Eu agradeço a sua disposição de vir aqui como Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, do Ministério do Esporte. Eu esperava do senhor alguma coisa diferente para trazer para a gente poder pensar em relação a tudo, mas eu vejo que nem mesmo algumas notícias chegaram até vocês. Não foram todas que o senhor falou. Então, eu fico um pouco frustrada. A gente esperava mais de vocês. Eu sou muito sincera.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Eu também. Eu esperava e espero que vocês esperem do Ministério do Esporte mais que legislação. A legislação existe, é o Código Penal — é crime. Não precisa de nova legislação. O Brasil tem mania de querer criar novas leis e não fazer cumprir as que já existem. O que vocês podem esperar do Ministério do Esporte é ajudar a transformar esse assunto, dar uma visibilidade maior. Isso, eu prometo à senhora. E que o Ministério do Esporte possa sempre ajudar a denunciar, ajudar a pedir que as autoridades locais, municipais e estaduais tomem atitudes em relação a isso, que vemos como um problema criminal, mas estamos à disposição em relação a campanhas do que for. A gente conversou, e acho isso. Acho que é preciso...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Eu acho que vocês deveriam fazer uma reunião com os dirigentes de clubes também, chamar para conversar, fazer uma reunião, uma audiência, como fizemos aqui. Nós chamamos tantas pessoas ligadas ao segmento da infância e da adolescência para debater e ter ideias...



**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Acho que sim, através dos representantes.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Vamos ver o que nós podemos fazer, Vamos ajudar. O que se pode fazer? Fazer uma cartilha, dar uma cartilha para essas crianças que estão nas escolinhas do clube, passar informação. Vocês podem fazer várias ações, várias ações. E é nesse sentido que eu fico um pouco frustrada, porque a gente espera muito mais, muito mais, ainda mais do senhor, que é Secretário Nacional. Eu acho que o senhor... O primeiro passo tem que ser dado aí: chamar esses dirigentes, chamar a CBF. Vamos fazer uma reunião, vamos conversar e tentar coibir esse assédio sexual a que são expostas as crianças e adolescentes que querem ser atletas, principalmente para a gente não prejudicar os sonhos e não ter uma atleta a menos, com talento e tudo.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Claro. Há grandes atletas.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Estão ali grandes atletas com o sonho morrendo. Eu vou esperar a Deputada Erika Kokay. Eu vou suspender por 10 minutos e peço ao senhor para aguardar porque a Presidenta está vindo e quer fazer algumas colocações.

Eu quero dizer para vocês que estão nos assistindo, pois estamos ao vivo, e a nossa voz, nesta hora, vai entrando de casa em casa: se você tem um filho ou uma filha que é atleta, que faz nataçãõ, vôlei, escola de futebol, seja o que for, não caia no conto do vigário. Se chegar uma pessoa na sua casa dizendo: *“Ah, o seu filho tem talento! Vou levá-lo a um clube maravilhoso. Esta criança vai ganhar muito dinheiro”*, e você tira a sua autoridade de pai, de mãe, de tio, de avô, passa para essa pessoa desconhecida e deixa a criança cair em uma armadilha. Essa criança pode cair nas garras de um pedófilo. Como esse menino estava falando aqui que o sonho dele, com 12 anos... Ele chegou a chorar. O depoimento dele, Deputado Luiz Carlos, é assim uma coisa que toca o coração da gente, porque é uma criança falando isso: *“Eu tinha 12 anos. E o meu sonho é jogar futebol”*. A criança é encantada com a bola. A bola tem uma magia com os meninos e com as meninas. E esse menino fala que foi abusado durante 3 anos. E, além de ele ser abusado, o cara trouxe mais dois. Mais dois! E ele não tem como falar! Isso, sufocado na



garganta dele, porque eles fazem pressão. Nós sabemos, eles intimidam: “Se você falar, eu vou matar você”.

Nós tivemos na outra audiência aqui... Quem estava na audiência com a gente? O nome dele...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - É, lá do Amazonas. Nós questionamos por que o menino foi abusado dentro do clube. Um absurdo! Ele foi abusado dentro do clube. Chamou o menino para dormir no clube. Quem abriu a porta desse clube? Clube lá do Amazonas, o Amazonense. Quem abriu a porta desse clube? Vocês, que são Deputados Estaduais que estão aqui, Presidente da CPI da Pedofilia do Amazonas: quem abriu a porta, quem deixou esse técnico — que se diz técnico —, esse pedófilo, dormir com esse garoto dentro do clube e abusar dele dentro do clube? Isso é uma denúncia gravíssima. Para vocês que estão investigando, eu posso passar o caso. Francisco das Chagas Dissica Valério Tomaz foi o Presidente da Federação Amazonense de Futebol. Nós pedimos a ele uma explicação em relação a isso, e ele também não soube explicar. Isso é de nos deixar estarecidos. Como pode isso?

Igual ao caso de pedofilia que eu investiguei no Clube do Flamengo, dentro do Clube do Flamengo, no Rio de Janeiro. Isso foi manchete de jornal em tudo quanto é lugar. O Magno Malta foi ao Rio me ajudar. Foi um escândalo.

Nós temos que parar isso. Tem que ter um freio — tem que ter um freio. E nós contamos com o Governo Federal, nós contamos com o Governo de cada Estado, com os Municípios, com os Prefeitos e com as campanhas, para a gente poder minimizar o que está acontecendo.

O senhor quer falar mais alguma coisa, antes de eu interromper por 10 minutos?

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Não.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Então, eu vou suspender a reunião por 10 minutos, para esperar a Presidente da CPI, a Deputada Erika Kokay.

*(A reunião é suspensa.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Nós estamos reabrindo a presente audiência pública, que tem como objetivo escutar o Sr. Antônio José



Carvalho do Nascimento Filho, que nós convidamos para voltar à mesa, na perspectiva de que tenhamos, possamos enfrentar e discutir as várias denúncias que apontam a existência de violência sexual, exploração e abuso sexual nos times de base, nas escolinhas de futebol.

A Deputada Liliam Sá, que é Relatora desta CPI, já procedeu às perguntas, aos questionamentos necessários para a construção do seu relatório no que diz respeito ao Sr. Antônio, que aqui representa o Ministério do Esporte.

Digo ao Sr. Antônio que nós estamos discutindo. Nós já tivemos a oportunidade de colher o depoimento do Presidente da Federação de Futebol do Estado do Amazonas. Nós já tivemos uma série de denúncias que adentraram esta CPI que dizem respeito à existência de exploração sexual de uma forma extremamente cruel, que era utilizar o sonho dessas crianças e desses adolescentes, a grande maioria homens, para, a partir desse sonho, se estabelecer uma relação de subalternização e de violação de direitos mais graves, porque é um processo de desumanização.

Nós temos a intenção, primeiro, de avançar no marco legal. Nós precisamos criar uma nova legislação que possa responsabilizar penal e civilmente os times e os clubes. O seu escudo é utilizado como chamariz para a exploração sexual, que não pode ser considerada apenas uma relação interpessoal, sem dúvida nenhuma — relação interpessoal. E a legislação já é clara no ponto de vista da punição e da responsabilização das pessoas que têm relação de exploração, os exploradores, os abusadores sexuais, os autores de violência sexual.

Nós precisamos avançar na perspectiva da construção da responsabilização dos times, para que inclusive nós tenhamos, do ponto de vista pedagógico, um estímulo a que haja uma fiscalização maior. Ou seja, o escudo do time é utilizado: é o próprio time que chama essas crianças e esses adolescentes, e, a partir disso, essas crianças e esses adolescentes são vítimas de violência, de exploração sexual.

Então, nós precisamos trabalhar nesse nível de responsabilização, trabalhar do ponto de vista do atendimento a essas crianças e suas próprias famílias e nós precisamos também elevar o nível de conscientização. Eu acho que é importante que se esteja dando visibilidade ao que até pouco tempo atrás era invisibilizado, parte pela naturalização, parte porque as esquinas da vida muitas vezes não são



visíveis. Então, há uma visibilidade, está-se dando visibilidade a um fenômeno que existia nas escolinhas de futebol, nos times de base. Isso é muito importante, porque não se combate o que não se vê; e o que não se vê passa a fazer parte de um processo, é incorporado à paisagem social, ao tecido social e, portanto, naturalizado.

É muito importante que o Ministério do Esporte possa tomar providências nesse sentido. E digo que uma das providências a serem tomadas são campanhas de conscientização. Parece que V.Sa. já está de acordo com isso, que façamos uma profunda campanha de conscientização. Mas seria importante que o Ministério pudesse ser protagonista na construção de pactos, pactos com os próprios times, pactos com a Confederação, com as federações, reunir o conjunto das federações, com a parceria, como sugerido pela Deputada Liliam, da própria Secretaria de Direitos Humanos, na perspectiva de que nós possamos construir esse pacto de fiscalização e de enfrentamento da violência sexual dentro dos times de futebol.

Portanto, nós gostaríamos de lhe sugerir que o senhor pudesse levar para o Ministério do Esporte as campanhas de conscientização, mormente agora que nós vamos ter isso bem visível em função da Copa do Mundo, que o Brasil sediará, e que, ao mesmo tempo, se tenha um trabalho de conscientização dos times, das federações, enfim, na construção desses pactos e no compromisso desses times ou da sua organização formal, da sua representação coletiva formal, de estar trabalhando no recrudescimento da fiscalização e, ao mesmo tempo, na responsabilização.

É óbvio que nós precisamos também estabelecer relações mais próximas com as famílias, porque muitas vezes as famílias desses meninos e meninas ficam em uma determinada unidade da federação, e eles são deslocados para outra unidade ou para outro Município e ficam distanciados. É importante que a gente possa propiciar essa proximidade com as próprias famílias.

Então, eu gostaria de solicitar do senhor há possibilidade, se há disposição do Ministério do Esporte de estar promovendo essas ações de conscientização, de pactos, enfim, que ele possa pontuar como mediador, porque sabemos que o Ministério não tem como interferir, não há esse nível de interferência, mas como



mediador, como propulsor, eu diria, dessa construção de outro nível de fiscalização e dos pactos a serem elaborados.

Era o que eu tinha para falar, para perguntar ao senhor.

*(Pausa prolongada.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu gostaria, enquanto nós organizamos o microfone, de registrar a presença dos Deputados Estaduais do Estado do Amazonas que são membros da CPI estadual que investigará a exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes naquela unidade da Federação: Deputado Abdala Fraxe, que é Presidente, Deputado Luiz Castro e o Deputado Ricardo Nicolau. É um prazer tê-los aqui.

Tão logo terminemos esta audiência, nós vamos conversar, para ver o que é possível construir e o que é possível trocar de experiência, considerando-se que tratamos de temas que, via de regra, estão sob segredo de Justiça, que terá que ser respeitado — como tem a CPI respeitado — em todas as suas atividades.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Bom, eu queria novamente agradecer, Deputada, o convite.

Eu acho que o Ministério do Esporte pode ser um aglutinador desse processo. Na conversa com... Eu estava dizendo na parte anterior que hoje nós temos a Comissão de Clubes, ligada à CBF, que é um meio de conversar — o que é impossível: com 60 clubes, você conversa com cinco pessoas. As federações tem uma comissão também, o que poderia ser falado, e o próprio bom senso... E o Ministério do Esporte pode ser um aglutinador desse processo, pedindo uma atitude mais firme de clubes, federações, tendo o bom senso como aliado. E mais — aí, o que a gente tinha falado —, e também tentar ser um pouco mais incisivos em relação às Secretarias Estaduais ou Municipais de Juventude e Infância, que eu acho que são a ponta onde pode haver as medidas.

Uma coisa que eu acabei não falando e que eu acho importante, talvez em relação à formação, é a Lei Pelé. A Lei Pelé foi regulamentada no ano passado e tem um item chamado “*Do Contrato de Formação Desportiva*”, que, em seu art. 48, impõe uma série de medidas que os clubes formadores são obrigados a cumprir: educação, saúde, acompanhamento.





Eu não sei até que ponto, não sei se isso é possível juridicamente... Mas que nessa normatização entre também a responsabilidade penal — não sei se é possível, posso estar falando uma grande besteira — das escolinhas que usam o símbolo dos clubes, mesmo lembrando que eu acho que 60% ou mais dos casos não estão ligados diretamente a clubes no início, porque a regulamentação da Lei Pelé pega o atleta não profissional em formação maior de 14 e menor de 20 anos, que é a faixa sobre a qual a gente está conversando aqui.

Eu posso indagar isso, porque aqui tem uma série de medidas. Infelizmente, aí é outra medida que o Ministério do Esporte tem que fazer, e a CBF aí é fundamental. Parece que, das 600 equipes que o Brasil tem hoje, só 22 são clubes formadores, estão cumprindo aquilo que a legislação permite para poderem se tornar clubes formadores.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DE NASCIMENTO FILHO** - É, eu acho. De acordo com a informação na outra Comissão que teve, o presidente, se não me engano, dos agentes de futebol, que é lá do Rio de Janeiro — depois eu vou ver até quem é, vou comprovar essa informação — que estão cumprindo integralmente o que determina...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Vinte e dois. O que determina o contrato de formação esportiva da regulamentação da Lei Pelé.

Então, eu acho isto, que o Ministério do Esporte pode ser o aglutinador desse processo de conscientização, através das federações, dos clubes, e de uma campanha. Mas é o que eu insisto que a campanha precisa ser: antes, a gente tem que unificar socialmente estes polos — federações, clubes, CBF, Bom Senso F.C.—, para poder fazer uma campanha em que a gente possa fazer quase um acordo, aglutinando todas essas áreas para cobrar de cada um uma conscientização maior sobre o problema, para o clube saber, quando ele montar a escolinha do Flamengo ali na esquina, que, ao pôr o escudo dele, ele está pondo a responsabilidade dele ali por tudo que possa acontecer lá dentro.

Basicamente, eu acho que é isso.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu penso que, com a sugestão de novo marco legal, isso vai ficar absolutamente explícito. Ou seja, o clube vai saber que, ao colocar o escudo dele em qualquer lugar para atrair e para ter escolinhas de futebol, ou futebol de base, ele vai estar sendo responsabilizado, do ponto de vista legal, tanto penal como civilmente, pelos atos que acontecem nas suas hostes.

E, para além disso — a responsabilidade é o que nós devemos trabalhar —, estará responsabilizado também do ponto de vista do atendimento a essas crianças e adolescentes, e obviamente a sua família, para que elas possam ressignificar as suas vidas, porque os depoimentos a que nós temos tido acesso indicam que há muita vergonha, muita vergonha dessas crianças. Muitas vezes, elas se sentem culpadas, elas são pressionadas — no Amazonas largamente foi divulgado isso —, elas são pressionadas para que não possam falar sobre isso. É importante que haja essa proximidade dos clubes que têm escolinhas com as famílias dos meninos que estão nas escolinhas, para que haja também esta parceria, uma parceria com a própria família, que precisa entender os sintomas e a fala. Os meninos falam, as crianças vítimas de violência sexual falam. Muitas vezes a gente não consegue detectar e entender a linguagem, porque, muitas vezes, ela não é oral, mas há fala. Fala-se, fala-se pelo corpo, pela atitude, pelo comportamento, enfim.

Então, eu gostaria de saber do senhor se é possível que nós possamos, junto com a Secretaria, buscar fazer uma reunião, junto com o Ministério dos Esportes, a Secretaria de Direitos Humanos e a CPI, para que nós possamos fazer esta discussão, e ali traçarmos uma agenda de convergência e traçarmos uma estratégia. Ou seja, que nós possamos nos reunir, que façamos uma reunião com a Secretaria dos Direitos Humanos, o Ministério dos Esportes e esta CPI, para que nós possamos sentar numa reunião de trabalho e, a partir dali, dizer que nós vamos reunir os clubes, nós vamos reunir primeiro as federações, para que nós possamos fazer essa discussão.

Eu penso que o senhor tem razão ao dizer o seguinte: *“Para que nós possamos deflagrar uma campanha, ela será mais efetiva e mais eficaz se ela for construída com todas as pessoas que são protagonistas das escolinhas de futebol”*. E, obviamente, nesse processo, nós podemos envolver os órgãos estaduais, mas



num processo de construção. Mas é muito importante que nós tenhamos o Ministério do Esporte, porque o Ministério do Esporte tem o diálogo, tem o contato e as relações com as federações, com as instituições, com as representações do futebol.

Então, eu sugeriria que o senhor, estando de acordo em que nós possamos desenvolver, e que seja um ponto aglutinador o Ministério do Esporte, e eu diria, também, propulsor, que possa ajudar a construir essa rede, que nós possamos marcar esta reunião com a Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério do Esporte e a CPI, para que nós possamos discutir e, a partir daí, que se construa uma agenda de convergência entre a Secretaria de Direitos Humanos e o Ministério do Esporte, numa primeira reunião com a presença da CPI e, em seguida, que haja uma dinâmica a ser estabelecida, uma dinâmica de funcionamento, em que se possa traçar uma agenda de convergência e se possa inclusive estruturar essa rede com os elementos que o Ministério do Esporte tem, os elementos e o poder e, eu diria também, o dever que tem o Ministério do Esporte e a Secretaria dos Direitos Humanos. O senhor está de acordo com isso?

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Claro, e me ponho à disposição para essa reunião. Acho até que a gente faça o seguinte: a gente pode sentar com a Comissão de Clubes da CBF, Comissão de Federações da CBF, e talvez o Bom Senso, para fazer esse processo. O que eu digo é que a campanha eu acho fundamental, mas desde que ela esteja bem alicerçada, para não ficar uma coisa inútil.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Sim. Então, o senhor está sugerindo que o próprio Ministério do Esporte possa entrar em contato com a Comissão de Clubes, com a...

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Eu estou sugerindo que, posteriormente a nossa reunião...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - ... Secretaria de Direitos Humanos.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - ... eu me comprometo e, de acordo com aquilo que for conversado, eu entro em contato ou nós marquemos uma reunião da Comissão de Federações da CBF, são cinco, se eu não me engano, e nós conversemos com eles.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Então, veja o seguinte: independentemente da reunião... Porque se o senhor marcar a reunião com as federações nós podemos também convidar a Secretaria de Direitos Humanos e fazemos essa reunião.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - É isso que eu estou dizendo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Então, o senhor se compromete a marcar essa reunião com as federações, nós convidamos a Secretaria de Direitos Humanos para que estejamos juntos e, depois, se cria uma dinâmica do Estado, do Executivo, eu diria.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Pelo que eu entendi... Desculpe-me eu sou meio burro. Nós, primeiro, fazemos uma reunião: nós, CPI e Secretaria de Direitos Humanos, certo?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Podemos fazer.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Alinhavamos um planejamento.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Sim.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - A partir daí o Ministério do Esporte, e aí não importa, eu convido a Comissão de Federações e, depois, a de Clubes para que nós possamos...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Pronto, vamos fazer isso.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - ... ter uma reunião ou o Ministério de Esporte, ou, não sei, aí, a melhor forma.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Está. Então, veja: nós vamos solicitar ao Secretário da CPI para que possa agendar essa reunião com a Secretaria de Direitos Humanos o mais rápido possível, com a presença da representação do Ministério, talvez na próxima semana. Esta semana é uma semana mais curta, em função do feriado. Mas que nós possamos fazer isso na próxima semana. E, ao agendarmos essa reunião, começaremos uma discussão para a construção de uma agenda de convergência. E, em seguida, o Ministério do Esporte... Eu penso aí que seria importante o acompanhamento da Secretaria de Direitos Humanos que tem lidado com a temática de enfrentamento da exploração...



**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - É ótimo também.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - ... com as federações, com o comitê de clubes, não é?

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Comissão de clubes.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - E as federações.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Comissão de Federações.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - E a gente começa a dar capilaridade e começa a transformar essa agenda numa ação mais efetiva para a construção de pactos e para a construção de campanhas de conscientização. Acho que está de bom tamanho, Deputada Liliam Sá.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Agora, doutor, eu me sinto satisfeita com a reunião. (*Risos.*) Era o que eu estava falando. Eu estava frustrada, eu estava frustrada.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - A gente briga mais depois chega a um acordo.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Mas a gente chegou a um acordo. Muito obrigada. (*Riso.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Bom. Então, Sr. Antônio, eu acho que foi a nossa intenção. Veja: a nossa intenção é contextualizar, problematizar, na perspectiva de encontrarmos os pontos de superação. Nós não queremos, estabelecido o diagnóstico ou detectado o fenômeno ou detectada a violação de direitos, a exploração sexual, mergulharmos nela para ficarmos nela ou potencializá-la.

A nossa intenção é tão apenas romper a invisibilidade, que eu acho que é muito importante — muito importante o papel da imprensa que tem rompido essa invisibilidade. Esse não é um fenômeno só do Amazonas. Está acontecendo na Bahia. Recentemente há uma discussão na Bahia, em Minas, times grandes inclusive, Rio de Janeiro, onde esse fenômeno está posto, essa violação de direitos é concreta, há uma denúncia.



A reportagem do Amazonas foi uma reportagem com muitos detalhes, muito sofrimento, sofrimento muito concretizado, muito visível, muito nítido. Mas também, há um trabalho feito na Bahia, uma pesquisa na Bahia, inclusive com órgãos de defesa de direitos que fizeram essa pesquisa e que apontam esse fenômeno na Bahia, de forma muita intensa também.

Então, veja: obviamente, o Ministério do Esporte tem condições de agregar a Comissão de Clubes e também as federações para “estartar” um processo de discussão mais intensa. Antes disso, nós vamos, provavelmente na semana que vem — não é, Francisco? —, marcar essa reunião com a Secretaria de Direitos Humanos, convidando o Ministério do Esporte para fazer essa discussão específica de como enfrentar a exploração e a violência sexual nas escolinhas de futebol e nos times de base.

Outro elemento, que o senhor bem dizia aqui, é o cumprimento do que já está acordado. Aí, nós não estamos falando de exploração ou abuso sexual, estamos falando que há os dois fenômenos: há o abuso sexual, que envolve relações interpessoais, mas há também a exploração sexual. Ou seja, a partir das escolinhas de futebol, você estabelece um processo de exploração comercial, e esses meninos, presos nos próprios sonhos, acabam se fragilizando do ponto de vista de reagir a esse processo ou de denunciá-los, em função da ascendência e do poder.

As situações de exploração e de abuso sempre envolvem poder. E esse poder subalterniza o outro. Portanto, é uma visão adultocêntrica, sem nenhuma dúvida, mas é um processo de poder que acaba por fragilizar, por amordaçar e por provocar outros processos de desumanização para além da exploração.

Exploração sexual é uma desumanização, porque é roubo de infância, roubo de adolescência. Mas quando há a necessidade de calar, de amordaçar, de aprisionar, aí, você tem outro processo de desumanização muito intenso, que é estabelecido a partir da construção dessa relação de poder.

Então, penso que os encaminhamentos podem ser tomados assim: nós vamos marcar essa reunião; nós vamos lhe chamar, com a Secretaria de Direitos Humanos; nós vamos estabelecer uma agenda; nessa agenda, o Ministério do Esporte pode chamar o Conselho de Clubes, chamar as federações, e começarmos uma discussão para dar corpo, para dar musculatura a esta nossa preocupação de



estabelecermos pactos, campanhas, enfim, para além do que é o trabalho da CPI no que diz respeito ao âmbito do Poder Legislativo, que é avançar nos marcos legais.

Mas é muito importante que o time entenda que o seu escudo vai ser responsabilizado se ele for utilizado para uma situação de exploração. Há uma responsabilidade do time que tem que ser apurada e que tem que se transformar em legislação. A responsabilidade não é apenas do abusador. Isso, como eu disse, já tem ampla legislação que pode ser acionada nessa perspectiva. Mas o time tem que se responsabilizar com multas — penso eu —, com responsabilidade penal, e, ao mesmo tempo, ser responsabilizado pelo atendimento, que é outro aspecto — atender essa criança e esse adolescente, porque temos visto que o atendimento é muito precário.

Eu gostaria de saber se o senhor quer utilizar a palavra. Quer falar mais alguma coisa?

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Eu queria, primeiro, agradecer pela oportunidade, e, segundo, queria sugerir à CPI duas coisas: que coloquem nessa discussão a CBF e o Bom Senso F.C; e sugeriria, se é possível, não sei se pode, que membros da CPI, desta Comissão, fossem à CBF e fossem ao Bom Senso, que é um movimento dos jogadores, e à CBF, pela importância que tem, que membros da CPI visitassem o Bom Senso e a CBF colocando essa questão.

Além de a gente conversar com os clubes e com as federações, eu acho importante, para esta campanha ser mais ampla, que o movimento dos jogadores saiba que está existindo uma CPI sobre esse assunto. Porque para qualquer um, para eles especificamente, os jogadores — eu citei o caso do Dida, que parece que já foi, não isso, mas uma tentativa, e ele denunciou na época, e hoje o Dida é um dos goleiros do Internacional e um dos líderes do Bom Senso —, que seja colocado para o Bom Senso isso, assim como para a CBF, que fossem a essas duas organizações de São Paulo, sentando e dizendo “*Olha, nós estamos num processo maior, tal, tal e tal*”. É uma sugestão que eu faço.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu acho isso extremamente relevante. Eu gostaria de saber se o senhor ou o Ministério do Esporte pode nos ajudar nesses contatos com o Bom Senso e com a CBF, porque nós aprovamos



aqui nesta CPI a escuta do representante da CBF. A gente puder contar com o Ministério do Esporte para tentar mediar com esse movimento dos jogadores?

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Eu acho que pode estar na pauta da reunião da semana que vem...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Da semana que vem, pronto.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - ... como fazer esse processo. Será que é convocando ou é indo lá? Não sei.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Sim.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Olhe, o Presidente José Maria Marin se colocou favorável a essa questão. Ele queria até, na Copa das Confederações, já fazer o lançamento da campanha. Só que a CPI, antes de fazer esse lançamento, queria ouvir e estudar mais essa questão das escolinhas de futebol. Nós entramos em contato com ele — era para ser em fevereiro também, nós adiamos —, e ele só vem dia 5. Depois do dia 5 de maio é que ele vai estar aqui. Ele vai receber, no Rio de Janeiro, eu e a Deputada Erika Kokay e quem mais estiver junto.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Essa preocupação de nós procurarmos a CBF já foi uma preocupação da CPI; o Bom Senso, não. Eu acho que é uma sugestão, que o senhor nos passe contato, e nós podemos e vamos convidá-lo também. Mas vamos fazer essa reunião na próxima semana e vamos, então, Francisco, tentar agendar essa reunião com a CBF, para discutir a temática, sem prejuízo dos desdobramentos das reuniões posteriores a essa discussão que faremos na Secretaria de Direitos Humanos.

Eu queria lhe agradecer. O senhor quer falar mais alguma coisa? (*Pausa.*)

Então, eu queria agradecer muito ao Sr. Antônio José Carvalho do Nascimento Filho, que é Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, do Ministério do Esporte, e dizer que eu acho que a gente está fazendo uma boa parceria na perspectiva de superação desse problema.

Pergunto à Relatora se quer usar a palavra.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Eu só quero agradecer e pedir desculpas se fui um pouco dura nas minhas colocações.





**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - O debate é maravilhoso. O que é isso?

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Mas é o calor do debate.

**O SR. ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DO NASCIMENTO FILHO** - Imagine se eu virasse aqui um cara...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Obrigada. (*Risos.*) É só agradecer.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Então, está ótimo. Com as palavras da Relatora e as palavras do Sr. Antônio, nós agradecemos a presença de todas e de todos e comunicamos que haverá diligências e audiências nos Municípios de Belém e de Breves, ambos no Estado do Pará — Belém é a Capital do Pará, obviamente —, nos próximos dias 15 e 16 de maio. Em 15 e 16 de maio, esta CPI estará no Estado do Pará, em Belém e também em Breves, para que possamos fazer audiências públicas e algumas diligências, em função das denúncias que estão vindo daquele Estado.

É preciso dizer também que nós já colhemos aqui o depoimento da Irmã Henriqueta, que é extremamente grave. A Irmã Henriqueta estava inclusive, não sei se ainda permanece essa situação, sob proteção da Polícia Federal, com acompanhamento constante da Polícia Federal, em função da sua luta e da denúncia que fez acerca da existência de exploração sexual na Ilha de Marajó, enfim, no Estado do Pará como um todo, para além da Ilha de Marajó.

Portanto, nós vamos nos deslocar para lá. Devemos sair daqui no dia 14 à noite. No dia 16, estaremos no Município de Breves. Devemos contar com o apoio da FAB, que é sempre bem-vindo e muito solidário e importante para esta CPI, para que possamos nos deslocar para aquele Município.

Informo que nós vamos conversar com os representantes da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas agora e que encaramos com muita alegria a construção dessa CPI, até porque nós temos a nítida ideia, a nítida certeza, eu diria, para além de ideia, de que há uma demanda por uma CPI com recorte estadual, no Estado do Amazonas, em função das inúmeras e gravíssimas denúncias que têm chegado a esta CPI.



Sem mais nada para tratar, declaro encerrada a presente audiência pública, mais uma vez informando sobre essas diligências e audiências e agradecendo a participação do representante do Ministério do Esporte.